



RELATÓRIO E CONTAS

2014

Relatório de Gestão

Balanço

Demonstração de Resultados

Anexo ao Balanço

Rua Prior Manuel António Fernandes, n.º 21

3800 – 129 AVEIRO

Telef.: 234380420 | Telem.: 934000170 | Fax: 234380425

cspveracruz@cspveracruz.pt

www.cspveracruz.pt

www.facebook.com/?ref=home#!/csp.veracruz



RELATÓRIO DE GESTÃO

2014



RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Índice

Introdução.....	2
1 - Identificação da entidade	2
2 – Atividades desenvolvidas.....	3
2.1 – Creche Padre Fernandes e Creche da Vera e do Cruz	3
2.2 – Pré-escolar.....	3
2.3 – Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) – 1.º ciclo	4
2.4 – Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) – 2.º e 3.º ciclo.....	4
2.5 – Centro de Apoio familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) “Entre-laços”	4
2.6 – Casa Abrigo Vera Vida	5
2.7 – Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII) Aveiro e Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII) Aveiro Vera Cruz.....	5
2.8 – Gabinete de Inserção Profissional “GIP Univera”	6
2.9 – Unidade de formação e consultoria.....	6
2.10 – Puro Linho.....	7
2.11 – VeraEventos	7
2.12 – Ajud'arte.....	8
2.13 – Projeto Alternativas II	8
2.14 – Liga dos Amigos do CSPVC	8
2.15 – Eco-escolas	9
2.16 – Clube Veritas	9
2.17 – Serviço de Apoio Direto	9
3 – Recursos humanos.....	10
4 - Investimentos	11
5 – Demonstrações financeiras.....	12
5.1 – Análise do Balanço	12
5.2 – Análise da Demonstração de Resultados.....	14
6 – Execução orçamental.....	15
7 – Perspetivas futuras.....	16



Introdução

Este Relatório de Gestão 2014 visa apresentar algumas informações sobre a gestão do Centro Social Paroquial da Vera Cruz durante o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

1 - Identificação da entidade

1.1 - Designação da entidade: Centro Social Paroquial da Vera Cruz

1.2 - Sede: Rua Prior Manuel António Fernandes, n.º 21, em Aveiro

1.3 - Natureza da atividade: O Centro Social Paroquial da Vera Cruz (CSPVC), fundado em 1971, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) / Organização Não Governamental (ONG), com o estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, Sem Fins Lucrativos, constituída por iniciativa da Fábrica da Igreja da Vera Cruz devidamente autorizada pelo Bispo da Diocese, e encontra-se registado na Direção Geral da Segurança Social, no Livro das Fundações sobre o n.º. 17/84. O CSPVC desenvolve intervenções ao nível da Educação – Creche, Pré-Escolar, CATL, de apoio à Criança e sua Família e à Comunidade, de Ação Social e Comunitária, esta última junto de públicos diversificados, tais como Crianças e Jovens (Famílias) em Risco, Desempregados, Minorias Étnicas – Imigrantes, Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Seus Filhos Menores e Apoio aos Jovens e suas Famílias ao nível da prevenção do consumo de estupefacientes.

1.4 - Missão: Promoção da qualidade de vida da comunidade através de respostas inovadoras

1.5 - Visão: Ser reconhecida como uma IPSS de referência, pioneira na implementação de práticas educativas e sociais de qualidade.

1.6 - Valores: A procura do bem comum; o respeito e a abertura ao outro; a justiça e a equidade; o trabalho em equipa e a entreatajuda; o profissionalismo e o rigor.

1.7 - Qualidade: Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade nas valências de prestação de serviços à infância – creche, pré-escolar e centro de atividades de tempos livres (CATL), Casa Abrigo Vera Vida (CAVV) e Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) de acordo com a Norma NP EN ISO 9001:2008.



2 – Atividades desenvolvidas

2.1 – Creche Padre Fernandes e Creche da Vera e do Cruz

Estas respostas sociais, já certificadas, destinam-se a acolher crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 36 meses de idade. Funcionando em dois edifícios distintos mas contíguos, a Creche do Edifício Padre Fernandes e a Creche da Vera e do Cruz, com capacidade para 80 e 78 crianças respetivamente (num total de 158 crianças no total), distribuídos por 12 salas de atividades. Em 2014 o número médio de utentes foi 80 e 78 crianças respetivamente.

Funcionando no horário compreendido entre as 07h45m e as 19h30m, esta resposta social desenvolve em parceria com as famílias dos clientes, projetos pedagógicos adequados às faixas etárias e características de cada grupo/criança. A temática explorada em sala foi relacionada com o mundo dos animais: insetos, animais da quinta, animais da selva, animais marinhos... O Plano Anual de Atividades intitulou-se: - “Animalúdico”.

São financiadas pela Segurança Social através de dois Acordos de Cooperação para 132 crianças no total.

2.2 – Pré-escolar

Esta resposta social, já certificada, destina-se a acolher crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos de idade, dispondo de 7 salas de atividades, 5 refeitórios, 1 salão polivalente, 1 sala de Recursos, 2 salas de apoio às atividades e 2 recreios exteriores, e tem capacidade para 148 crianças (esgotada durante o ano). Em 2014, o número médio de utentes foi 148.

Funciona entre as 07h45m e as 19h30m e desenvolve em parceria com as famílias das crianças, Projetos Curriculares de Sala adequados às faixas etárias e características de cada grupo/criança. O fio condutor que dá coerência e unicidade a dias mágicos e semanas temáticas é o Plano Anual de Atividades e a temática explorada em 2014 foi “Na Caixa: Ecologia das Cores...”.

Fora do tempo letivo, disponibilizam-se ainda outras atividades como inglês, dança criativa, música, belas artes, natação, karaté, capoeira e ballet.

É financiada pela Segurança Social e pelo Ministério da Educação através de um Acordo de Cooperação para 148 crianças.



2.3 – Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) – 1.º ciclo

O CATL 1.º ciclo, já certificado, é dirigido a crianças do 1.º ciclo em apoio às Escolas das Agradas, Vera Cruz e Glória e tem capacidade para 102 crianças, tendo tido um número médio de 90 utentes durante o ano. Dispõe de 5 salas de atividades, 1 polivalente, 1 refeitório e 1 amplo espaço verde de recreio, horta e pomar.

O CATL disponibiliza ainda atividades extracurriculares (karaté, natação e dança criativa), transporte para outras atividades (equitação, ballet, música, ...), apoio ao estudo e explicações.

É financiada pela Segurança Social através de um Acordo de Cooperação para 102 crianças.

2.4 – Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) – 2.º e 3.º ciclo

O CATL 2.º e 3.º ciclo, já certificado, é dirigido a crianças do 2.º e 3.º ciclo em apoio às Escolas João Afonso e São Bernardo e tem capacidade para 20 crianças, tendo tido um número médio de 20 utentes durante o ano. Dispõe de 5 salas de atividades, 1 polivalente, 1 refeitório e 1 amplo espaço verde de recreio, horta e pomar.

Este CATL disponibiliza serviços de transportes, refeições e apoio escolar, consoante o horário dos jovens e as necessidades das famílias.

É financiada pela Segurança Social através de um Acordo de Cooperação para 20 crianças.

2.5 – Centro de Apoio familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) “Entre-laços”

O CAFAP “Entre Laços” é um serviço de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias.

Durante o ano de 2014, o CAFAP incidiu a sua intervenção em 38 famílias, constituídas por 134 elementos (crianças e adultos), realizando as seguintes ações: apoio psicopedagógico e social (atendimento/acompanhamento psicossocial, social e/ou psicológico) e formação parental (aconselhamento parental).

O CAFAP realizou três ações de sensibilização dirigidas à comunidade, no âmbito da parentalidade positiva (“Crianças Felizes I, II e III”), cada uma com uma temática diferente, e elaborou dois folhetos informativos sobre afetos (Preciso de Ti) e regras e limites (Birras e Companhia). Foram ainda assinaladas datas temáticas, com atividades, no âmbito da comemoração do Dia da Família, Dia da Criança, Convenção dos Direitos da Criança e, no natal, distribuí-se um cabaz com alimentos alusivos à época e um presente para cada criança, às famílias que beneficiaram do Serviço de Apoio Direto do CSPVC.



Esta resposta social é financiada através de um acordo atípico com a Segurança Social que prevê um autofinanciamento de 20%.

2.6 – Casa Abrigo Vera Vida

A Casa Abrigo Vera Vida (CAVV) propõe-se acolher mulheres vítimas de violência doméstica com vista à reconstrução de projetos de vida sem violência, através da proteção/segurança, informação e empoderamento, e tem capacidade para 16 utentes (mães e filhos).

No ano de 2014, a CAVV acolheu um total de 18 mulheres e 19 crianças:

- 7 mulheres com 8 crianças que transitaram do ano de 2013 e saíram no ano de 2014;
- 4 mulheres com 2 crianças que entraram e saíram do acolhimento no ano de 2014;
- 1 mulher com 1 criança que transitou do ano 2013 e que permaneceu no ano 2014; e
- 6 mulheres com 8 crianças que entraram no acolhimento em 2014 e permaneceram transitando para 2015.

É financiada através de um acordo atípico com a Segurança Social que prevê um autofinanciamento de 25%.

2.7 – Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII) Aveiro e Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII) Aveiro Vera Cruz

De 1 de janeiro a 31 de março de 2014 o CLAII de Aveiro deu continuidade ao trabalho realizado na promoção da integração da população imigrante, com um prolongamento do protocolo anterior, realizando nesse trimestre 251 atendimentos. Neste período, o CLAII foi financiado pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P. (ACIDI), atual Alto Comissariado para as Migrações, IP (ACM), e pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH).

A partir de 1 de abril de 2014, o trabalho passa a ser desenvolvido no âmbito do projeto CLAII Aveiro Vera Cruz, financiado pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) com a execução de 4 atividades:

- O Gabinete de Apoio Geral Informação e Encaminhamento que realiza atendimento e encaminhamento dos Nacionais de Países Terceiros (NPT) no âmbito da legalização, nacionalidade, trabalho, reagrupamento familiar, educação, saúde e oficinas de Português;
- O Gabinete de Apoio Social (GASIN.PT) que realiza atendimentos a NPT no sentido de promover a melhoria das suas condições sociais;
- O “SER PARTE...” sessões de esclarecimento de interesse para os NPT e
- “Eventos interculturais” desenvolvidos através de uma incubadora intercultural.

De abril a dezembro de 2014 o projeto realizou 660 atendimentos, sendo 427 no Gabinete de Apoio Geral e 233 no GASIN.PT.



O CLAI Aveiro Vera Cruz conta com 3 voluntárias que desenvolvem as Oficinas de Português e em 2014 continuaram a registar muita procura. O Projeto continua a funcionar nas instalações cedidas pela União das Freguesias da Glória e Vera Cruz, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, e mantém atividade na Câmara Municipal de Ílhavo, onde um técnico se desloca uma vez por mês (no caso de haver marcações), para atendimento à população daquele concelho.

2.8 – Gabinete de Inserção Profissional “GIP Univera”

O GIP Univera - Gabinete de Inserção Profissional para a população imigrante e nacionais, no CSPVC atende, apoia e acompanha na procura ativa de emprego, encaminhamento para ofertas de trabalho, para formação profissional, para entidades de aferição da qualificação escolar, para entidades de seleção e recrutamento e potenciais empregadores.

O GIP Univera pertence a uma rede constituída por 25 Gabinetes de Inserção Profissional distribuídos pelo território nacional, sendo dinamizada por entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos e que contribuem para a dinamização e desenvolvimento social e local.

Em 2014 efetuaram-se 937 atendimentos no GIP Univera.

Continua a funcionar nas instalações cedidas pela Junta da União das Freguesias da Glória e Vera Cruz, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, n.º 15; tendo o acordo protocolado com o IEFP para o seu funcionamento sido renovado no final do ano de 2014 para vigorar durante todo o ano de 2015, podendo assim dar continuidade à prestação deste serviço que se considera ser um singular apoio à população desempregada.

2.9 – Unidade de formação e consultoria

A unidade de formação, acreditada pela DGERT desde 2002, está vocacionada para a pesquisa, adaptação e criação de soluções de formação “à medida”, para ativos externos empregados e desempregados e ativos internos, contribuindo para o desenvolvimento dos indivíduos e organizações. Atualmente, encontra-se em processo de transição para a Acreditação como Entidade Formadora.

Em 2014, esta unidade desenvolveu as seguintes ações:

- Formação profissional certificada a internos: 54 pessoas, distribuída por 14 ações:

- Orçamento do Estado e Encerramento de Contas – 8 horas
- Segurança, Higiene e saúde no Trabalho – 20 horas
- Criação e tratamento de Imagens Matriciais – 25 horas
- Formulas, para metros para seleção de cor e técnicas de retoque de imagem – 25 horas
- Gestão de Stress e Gestão de Conflitos – 25 horas
- Mediação de Conflitos nas Equipas de Trabalho – 14 horas
- Sistema de HACCP – 25 horas
- Coaching na Intervenção Social – 7 horas



- Qualidade em Educação de Infância – 7 horas
 - Conceção, Planeamento e Avaliação de projetos de Intervenção – 18 horas
 - Contratação Pública – 8 horas
 - Responsabilidade Subsidiária do TOC – 8 horas
 - Gestão de Organizações Sociais – 105 horas
 - ISO DIS 9001:2015 SGQ – 8 horas
- Promoção de formação profissional certificada a externos, com financiamento do POPH: 120 pessoas distribuídas por 10 ações:
- 10 UFCD (âmbito da Formação para a Inclusão) – 425 horas.
- Promoção de formação profissional certificada a externos, sem financiamento: 11 pessoas (5 homem e 6 mulheres):
- 1 UFCD Código dos Contratos Públicos - 25 horas.
- Promoção de Formação Profissional Não Certificada a externos: 16 pessoas, distribuída por ação:
- PNL – 7 horas
 - Coaching – 7 horas
 - 1 Workshop Porta óculos/Lápis - 7 horas
- Promoção de Formação Profissional Não Certificada a internos: 116 (100 mulheres, 16 homens):
- Cultura Organizacional – 4 horas
 - Atendimento ao Cliente –3 horas.
 - Procedimentos de Segurança e Higiene Alimentar – 3 horas

2.10 – Puro Linho

Atualmente a “Puro Linho” desenvolve atividades nas áreas de lavandaria e limpezas (domésticas, comerciais ou industriais), encontrando-se disponível para toda a comunidade.

Esta unidade, no seu âmbito comercial, pretende continuar o incremento e de promoção dos seus serviços junto da população, em especial para a área de lavandaria, em que se pretende angariar mais clientes para a possibilidade de se tirar maior proveito/utilização das máquinas de lavar e de secar industriais que se possui no espaço de lavandaria do Edifício do Jardim, com o objetivo de angariar novos clientes regulares e manter os existentes.

2.11 – VeraEventos

A “VeraEventos – Quando Festejar É Ajudar...” é um serviço disponível à comunidade que no âmbito do desenvolvimento social organiza distintas atividades na área dos eventos, seja no exterior seja nas nossas instalações aproveitando os recursos da Instituição.



Ao longo do ano de 2014 organizou diversos eventos, festas de aniversários e outras comemorações ou convívios, familiares e empresarias ou para organizações.

2.12 – Ajud'arte

É o Projeto de Solidariedade e Divulgação das Artes que tem por base uma filosofia de fusão de Solidariedade e da Arte, cujo objetivo é a angariação de fundos para a missão social do CSPVC e a promoção dos mais variados tipos de Arte.

2.13 – Projeto Alternativas II

O Alternativas II, cofinanciado pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD), é um projeto no âmbito da prevenção dos comportamentos aditivos e dependências com intervenção em contexto comunitário.

A sua intervenção visa a educação e promoção da saúde junto de crianças e jovens, envolvendo as suas famílias, bem como outros agentes educativos (docentes e assistentes operacionais) que assumem um importante papel no processo de educação e desenvolvimento dos menores.

O objetivo geral do projeto é evitar e/ou retardar o uso de drogas lícitas e ilícitas em crianças e adolescentes oriundos de famílias desestruturadas, através da diminuição dos fatores de risco e aumento dos fatores de proteção.

No terreno desde 2008, a última edição do projeto iniciou em 10 de fevereiro de 2014 e tem o seu término previsto para 9 de fevereiro de 2016.

O projeto caracteriza-se por 5 ações:

- Ação 1 - Ateliers de Treino de Competências (dirigidos a grupos de crianças e adolescentes): Envolveu 114 crianças e adolescentes com idades compreendidas entre 6 e os 19 anos.
- Ação 2 - Atividades Lúdico-Recreativas (dirigidos a grupos de crianças e adolescentes): Envolveu 104 crianças e adolescentes com idades compreendidas entre 6 e os 19 anos.
- Ação 3 - "TROCAS" – Oficinas de Treino de Competências Parentais (dirigidas a grupos de pais e outros familiares): Envolveu 29 pais/encarregados de educação.
- Ação 4 - "ENTRA" – Serviço de Acompanhamento Psicossocial (acompanhamento de crianças, jovens e famílias): Acompanhou 20 crianças/adolescentes e 32 pais/encarregados de educação num total de 285 atendimentos.
- Ação 5 - Oficinas de [In]Formação (dirigidas a agentes educativos – docentes e assistentes operacionais): Envolveu 56 docentes de dois agrupamentos de escolas do concelho de Aveiro.

2.14 – Liga dos Amigos do CSPVC

A constituição da Liga dos Amigos do CSPVC visa a colaboração formal e sistemática de entidades, empresas e pessoas na persecução dos seus objetivos sociais do CSPVC.



Durante o ano de 2014 a Liga foi amplamente dada a conhecer junto de pessoas, empresas e organizações que prontamente se disponibilizaram a colaborar em ações e empreendimentos recentes do CSPVC, nomeadamente as que contribuíram para a construção do Pavilhão do Clube Veritas, a quem indicámos considerar como pertencentes à Liga dos Amigos do CSPVC pelo grato sentido do apoio que nos foi dado.

2.15 – Eco-escolas

O projeto Eco-escolas é um programa internacional que pretende encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pelas escolas/instituições, no âmbito da Educação Ambiental. Em Portugal, o Programa Eco-Escolas é organizado pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE). Este programa, destinado preferencialmente às escolas do ensino básico, mas aberto a todos os graus de ensino desde o pré-escolar ao ensino superior, pretende reconhecer (com a atribuição da Bandeira Verde Eco-Escola) e estimular as escolas empenhadas em melhorar o seu desempenho ambiental, gestão do espaço escolar e sensibilização da comunidade. É considerada uma Eco-Escola uma instituição de ensino que segue o Programa Eco-Escolas.

A 1.ª bandeira verde do CSPVC foi atribuída no final do ano letivo de 2011/2012, tendo vindo a ser renovada desde então. Relativamente ao ano letivo 2013/2014, foi atribuída ao CSPVC a sua 3.ª bandeira verde.

2.16 – Clube Veritas

O Clube Veritas é um serviço de apoio às famílias de promoção do envelhecimento ativo, produtivo e participativo; que prevê a organização de fóruns, atividades para o bem-estar, de cultura e lazer, e o desenvolvimento de oficinas destinadas a cidadãos com idade superior a 55 anos e o convívio e aprendizagem e solidariedade intergeracional.

2.17 – Serviço de Apoio Direto

Este serviço visa o apoio direto às famílias com mais necessidades através da distribuição de bens alimentares, vestuário e calçado, mobília e pequenos eletrodomésticos que consegue angariar junto do Banco Alimentar Contra a Fome, empresas diversas e particulares, campanhas de apadrinhamento de famílias, entre outras campanhas pontuais.

Durante o ano de 2014 este serviço apoiou cerca de 200 pessoas de 72 agregados familiares. Em 2013 tinha apoiado 157 pessoas.



3 – Recursos humanos

O quadro de recursos humanos permanentes da Instituição baixou face ao do ano anterior, sendo atualmente de 88 trabalhadores, conforme quadro seguinte:

RESUMO DOS RECURSOS HUMANOS EM 31/12/2014

Recursos humanos	Direção	Conselho Fiscal	Geral	Respostas Sociais										Total
				Creches	Pré-escolar	CATL	CAFAP	Casa Abrigo	Puro Linho e Projetos	CLAI	GIP Univera	Unidade Formação	Alternativas II	
Pessoal - permante	0	0	12	32	21	6	2	8	1	2	1	1	2	88
Pessoal - prest. serviços	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	3
Pessoal - estágios prof.	0	0	0	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Pessoal - CEI	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Voluntários	7	3	0	0	0	1	0	0	0	3	0	0	0	14
Total	7	3	14	37	23	8	2	9	1	5	1	1	2	113

No exercício de 2014 e 2013 os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações ao Pessoal	1.130.425,50	1.123.290,21
Encargos sobre as Remunerações	240.165,40	231.544,52
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	8.945,79	8.143,64
Alimentação em Espécie e Subsídio	46.376,93	51.738,00
Outros Gastos com o Pessoal	78.321,22	7.145,99
Total	1.504.234,84	1.421.862,36

Em virtude de se ter iniciado a reestruturação do quadro de pessoal, os Outros Gastos com o Pessoal aumentaram bastante em resultado dos acordos de rescisão



4 - Investimentos

Durante o ano de 2014 a Instituição efetuou investimento de forma controlada, atendendo aos fortes investimentos dos anos anteriores (Autocarro, MASES e PARES).

A Instituição continuou a construção de uma sala anexa à Creche da Vera e do Cruz para apoiar as atividades do Clube Veritas, aproveitando o apoio financeiro concedido pela Missão Sorriso e os apoios em espécie de diversas empresas.

No mapa seguinte apresenta-se um resumo comparativo dos investimentos realizados em 2014 e 2013.

INVESTIMENTO REALIZADO

Rubricas	2014	2013
Investimentos Financeiros		
Outros Investimentos Financeiros	1.168,79	0,00
Total Investimentos Financeiros	1.168,79	0,00
Ativos Fixos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	1.383,26
Equipamento básico	30.878,33	6.380,01
Equipamento de transporte	0,00	99.630,00
Equipamento biológico	0,00	0,00
Equipamento administrativo	5.095,41	80,93
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	58,96
Total Ativos Fixos Tangíveis	35.973,74	107.533,16
Ativos Fixos Intangíveis		
Goodwill	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00
Programas de Computador	0,00	96,75
Propriedade Industrial	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00
Total Ativos Fixos Intangíveis	0,00	96,75
Investimento em Curso		
Obra Missão Sorriso 2013	12.930,00	54.171,60
Total de Investimento em Curso	12.930,00	54.171,60
Total de Investimento	50.072,53	161.801,51



5 – Demonstrações financeiras

Apresenta-se de seguida uma breve análise dos documentos relevantes das demonstrações financeiras, relativos ao exercício de 2014, que se encontram em anexo, designadamente: Balanço, Demonstração de Resultados e respetivo Anexo.

5.1 – Análise do Balanço

O Balanço em 31 de dezembro de 2014 apresenta uma posição financeira que se caracteriza pelo seguinte:

- O Ativo total baixou cerca de 3,6%, sendo que os Ativos e a Caixa e Depósitos bancários foram as rubricas que mais baixaram em termos absolutos.
- O Passivo não corrente baixou 9,8% e o Passivo corrente aumentou cerca de 3,7% traduzindo-se numa redução de 2,1% no Passivo total.
- Os Fundos Patrimoniais reduziram cerca de 3,9%;
- O Fundo de Maneio foi negativo, baixando para 184.907,09€;
- A Liquidez baixou face ao ano anterior e a Autonomia financeira baixou muito ligeiramente.

INDICADORES	Notas	Datas	
		31-12-2014	31-12-2013
Indicadores Económicos e Financeiros			
Fundo de Maneio		-184.907,09	-121.544,37
Liquidez			
. Liquidez geral		53,8%	68,5%
. Liquidez reduzida		52,4%	66,8%
Estrutura financeira			
. Autonomia financeira		81,5%	81,8%
. Taxa de endividamento		18,5%	18,2%
. Solvabilidade geral		441,7%	450,3%
. Cobertura dos ativos não correntes		94,5%	96,5%
Financiamento			
. Peso do passivo remunerado		44,1%	47,8%



RUBRICAS	Notas	Datas		Variação	
		31-12-2014	31-12-2013	Valor	%
Ativo					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	5	3.209.478,77	3.252.060,47	(42.581,70)	-1,3%
Ativos intangíveis	6	141.817,85	184.368,08	(42.550,23)	-23,1%
Investimentos financeiros	11.1	1.168,79	-	1.168,79	#DIV/0!
Subtotal		3.352.465,41	3.436.428,55	(83.963,14)	-2,4%
Ativo corrente					
Inventários	8	5.738,19	6.639,55	(901,36)	-13,6%
Clientes	9 / 11.2	18.176,35	10.463,32	7.713,03	73,7%
Adiantamentos a fornecedores	11.7	270,00	270,00	-	-
Estado e outros Entes Públicos	11.8	1.389,72	1.062,61	327,11	30,8%
Outras contas a receber	11.3	54.505,64	73.024,04	(18.518,40)	-25,4%
Diferimentos	11.4	7.629,26	7.477,02	152,24	2,0%
Outros Ativos financeiros	11.5	134,25	144,45	(10,20)	-7,1%
Caixa e depósitos bancários	11.6	127.393,76	165.260,40	(37.866,64)	-22,9%
Subtotal		215.237,17	264.341,39	(49.104,22)	-18,6%
Total do Ativo		3.567.702,58	3.700.769,94	(133.067,36)	-3,6%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO					
Fundos patrimoniais					
Fundos	2	928.415,72	928.415,72	-	-
Resultados transitados	2	(86.351,86)	(53.129,61)	(33.222,25)	62,5%
Excedentes de revalorização	2	47.152,38	47.152,38	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 / 10	2.086.722,45	2.139.081,00	(52.358,55)	-2,4%
Resultado Líquido do período	2	(66.821,28)	(33.222,25)	(33.599,03)	101,1%
Total do fundo do capital		2.909.117,41	3.028.297,24	(119.179,83)	-3,9%
Passivo					
Passivo não corrente					
Financiamentos obtidos	7	258.440,91	286.586,94	(28.146,03)	-9,8%
Subtotal		258.440,91	286.586,94	(28.146,03)	-9,8%
Passivo corrente					
Fornecedores	11.7	76.828,07	63.992,83	12.835,24	20,1%
Adiantamentos de clientes	9 / 11.2	1.430,78	371,93	1.058,85	284,7%
Estado e outros Entes Públicos	11.8	35.543,97	39.025,70	(3.481,73)	-8,9%
Financiamentos obtidos	7	32.046,45	34.570,33	(2.523,88)	-7,3%
Diferimentos	11.4	25.948,91	33.588,97	(7.640,06)	-22,7%
Outras contas a pagar	11.9	228.346,08	214.336,00	14.010,08	6,5%
Subtotal		400.144,26	385.885,76	14.258,50	3,7%
Total do passivo		658.585,17	672.472,70	(13.887,53)	-2,1%
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.567.702,58	3.700.769,94	(133.067,36)	-3,6%

Valores em Euros



5.2 – Análise da Demonstração de Resultados

Efetuada uma análise à evolução económica da Instituição verifica-se que a evolução foi negativa, atingindo-se um resultado líquido negativo de 66.821,28€.

Verificamos que:

- As Vendas e os serviços prestados baixaram 3,0% traduzindo a redução que verifica no número de utentes da Instituição, em especial no CATL e na sua capacidade para pagar as mensalidades. No entanto, os outros rendimentos e ganhos subiram 8,1%;
- Os subsídios, doações e legados à exploração baixaram 1,2%;
- Relativamente aos gastos, verificou-se que baixaram genericamente exceto os Gastos com pessoal que subiram 5,8% e os Juros que subiram 11,8%;
- Continua a existir uma elevada dependência dos subsídios à exploração, os quais representaram 60% dos rendimentos em 2014 e 2013.

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS		Variação	
		2014	2013	Valor	%
Vendas e serviços prestados	9	623.661,53	642.802,05	(19.140,52)	-3,0%
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1.214.913,20	1.228.827,18	(13.913,98)	-1,1%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(20.445,58)	(18.829,38)	1.616,20	-8,6%
Fornecimentos e serviços externos	14.1	(395.423,04)	(457.451,26)	(62.028,22)	13,6%
Gastos com o pessoal	12	(1.504.234,84)	(1.421.862,36)	82.372,48	-5,8%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.2	(528,84)	2.162,29	2.691,13	124,5%
Aumentos/reduções de justo valor	14.2	(10,20)	(5,55)	(4,65)	83,8%
Outros rendimentos e ganhos	14.3	188.362,90	175.524,24	12.838,66	7,3%
Outros gastos e perdas	14.4	(26.697,51)	(39.458,86)	(12.761,35)	32,3%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		79.597,62	111.708,35	(32.110,73)	-28,7%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 / 6	(134.035,67)	(135.050,45)	(1.014,78)	0,8%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(54.438,05)	(23.342,10)	(31.095,95)	133,2%
Juros e rendimentos similares obtidos	14.5	850,10	1.955,93	(1.105,83)	-56,5%
Juros e gastos similares suportados	14.5	(13.233,33)	(11.836,08)	1.397,25	-11,8%
Resultados antes de impostos		(66.821,28)	(33.222,25)	(33.599,03)	101,1%
Imposto sobre o rendimento do período		-	-	-	
Resultado líquido do período		(66.821,28)	(33.222,25)	(33.599,03)	101,1%

Valores em Euros



6 – Execução orçamental

Analisando a execução orçamental verifica-se que durante o ano 2014 se conseguiu corrigir algumas situações negativas previstas para o ano, melhorando o resultado líquido final, que contudo se manteve negativo.

Em 2014, as Vendas e serviços prestados foram 1,1% inferiores às inicialmente previstas, refletindo a redução do número de utentes.

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Ano 2014		Variação	
		Execução	Orçamento	Valor	%
Vendas e serviços prestados	9	623.661,53	630.738,93	(7.077,40)	-1,1%
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1.214.913,20	1.181.031,96	33.881,24	2,9%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(20.445,58)	(22.085,00)	(1.639,42)	7,4%
Fornecimentos e serviços externos	14.1	(395.423,04)	(420.680,66)	(25.257,62)	6,0%
Gastos com o pessoal	12	(1.504.234,84)	(1.469.241,34)	34.993,50	-2,4%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.2	(528,84)	(6.159,69)	(5.630,85)	91,4%
Aumentos/reduções de justo valor	14.2	(10,20)	-	10,20	-
Outros rendimentos e ganhos	14.3	188.362,90	178.027,32	10.335,58	5,8%
Outros gastos e perdas	14.4	(26.697,51)	(22.441,28)	4.256,23	-19,0%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		79.597,62	49.190,24	30.407,38	61,8%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 / 6	(134.035,67)	(138.096,95)	(4.061,28)	2,9%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(54.438,05)	(88.906,71)	34.468,66	-38,8%
Juros e rendimentos similares obtidos	14.5	850,10	-	850,10	-
Juros e gastos similares suportados	14.5	(13.233,33)	(14.730,50)	(1.497,17)	10,2%
Resultados antes de impostos		(66.821,28)	(103.637,21)	36.815,93	-35,5%
Imposto sobre o rendimento do período		-	-	-	-
Resultado líquido do período		(66.821,28)	(103.637,21)	36.815,93	-35,5%

Valores em Euros



7 – Perspetivas futuras

Continuam-se a perspetivar bastantes dificuldades para o setor social em geral e em particular para a nossa Instituição na medida em que a crise económica e social está a afetar bastante a sociedade. Verificamos que o nosso serviço de apoio direto presta um apoio crescente a mais pessoas e que os produtos que temos para distribuir normalmente não são suficientes. Relativamente a esta resposta, é importante referir a excelente resposta que a sociedade tem conseguido dar a este problema, pois as famílias necessitadas são cada vez mais apadrinhadas por outras famílias. Continua-se a verificar bastantes pessoas a solicitar a revisão da mensalidade atribuída aos seus filhos por diversas razões, quer sejam por situação de desemprego ou por incapacidade de cumprir as suas responsabilidades.

A Direção continuará atenta a estas situações e, em conjunto com os colaboradores da Instituição, tratará de efetuar os ajustamentos necessários para garantir a sustentabilidade da Instituição, mas sempre sem descurar a sua Missão e Valores.

Aveiro, 23 de março de 2015

A Direção

Padre Manuel Joaquim Estêvão da Rocha (Presidente)

Mário Silva Tavares Mendes (Vice-Presidente)

Rosa Sindazunda Roque Maia (Secretária)

Manuel Joaquim Alves Marçalo (Tesoureiro)

Mafalda Elizabete Lopes Carlos (Vogal)

Gustavo Filipe Amaro (Vogal)

José Alves Rodrigues (Vogal)



**Centro Social Paroquial
Vera Cruz**

BALANÇO

2014

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA VERA CRUZ

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade Monetária: Euros

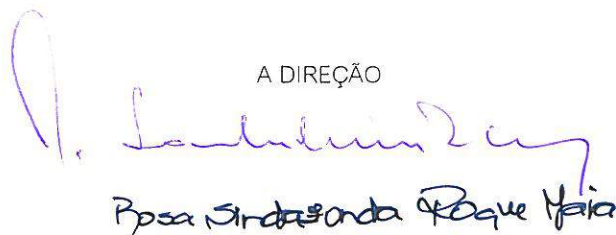
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2014	31-12-2013
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3.209.478,77	3.252.060,47
Ativos intangíveis	6	141.817,85	184.368,08
Investimentos financeiros	11.1	1.168,79	-
Subtotal		3.352.465,41	3.436.428,55
Ativo corrente			
Inventários	8	5.738,19	6.639,55
Clientes	9 / 11.2	18.176,35	10.463,32
Adiantamentos a fornecedores	11.7	270,00	270,00
Estado e outros Entes Públicos	11.8	1.389,72	1.062,61
Outras contas a receber	11.3	54.505,64	73.024,04
Diferimentos	11.4	7.629,26	7.477,02
Outros Ativos financeiros	11.5	134,25	144,45
Caixa e depósitos bancários	11.6	127.393,76	165.260,40
Subtotal		215.237,17	264.341,39
Total do Ativo		3.567.702,58	3.700.769,94
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	2	928.415,72	928.415,72
Resultados transitados	2	(86.351,86)	(53.129,61)
Excedentes de revalorização	2	47.152,38	47.152,38
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 / 10	2.086.722,45	2.139.081,00
Resultado Líquido do período	2	(66.821,28)	(33.222,25)
Total do fundo do capital		2.909.117,41	3.028.297,24
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	258.440,91	286.586,94
Subtotal		258.440,91	286.586,94
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	76.828,07	63.992,83
Adiantamentos de clientes	9 / 11.2	1.430,78	371,93
Estado e outros Entes Públicos	11.8	35.543,97	39.025,70
Financiamentos obtidos	7	32.046,45	34.570,33
Diferimentos	11.4	25.948,91	33.588,97
Outras contas a pagar	11.9	228.346,08	214.336,00
Subtotal		400.144,26	385.885,76
Total do passivo		658.585,17	672.472,70
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.567.702,58	3.700.769,94

Aveiro, 23 de março de 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A DIREÇÃO



Paróquia Santa Maria da V. Cruz





**Centro Social Paroquial
Vera Cruz**

**DEMONSTRAÇÃO DE
RESULTADOS
2014**

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA VERA CRUZ

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	9	623.661,53	642.802,05
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1.214.913,20	1.228.827,18
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(20.445,58)	(18.829,38)
Fornecimentos e serviços externos	14.1	(395.423,04)	(457.451,26)
Gastos com o pessoal	12	(1.504.234,84)	(1.421.862,36)
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)	11.2	(528,84)	2.162,29
Aumentos/reduções de justo valor	14.2	(10,20)	(5,55)
Outros rendimentos e ganhos	14.3	188.362,90	175.524,24
Outros gastos e perdas	14.4	(26.697,51)	(39.458,86)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		79.597,62	111.708,35
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 / 6	(134.035,67)	(135.050,45)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(54.438,05)	(23.342,10)
Juros e rendimentos similares obtidos	14.5	850,10	1.955,93
Juros e gastos similares suportados	14.5	(13.233,33)	(11.836,08)
Resultados antes de impostos		(66.821,28)	(33.222,25)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(66.821,28)	(33.222,25)

Aveiro, 23 de março de 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A DIREÇÃO



Rosa Sindaizonda Roque Maria





ANEXO

2014



ANEXO 2014

Índice

Introdução.....	3
1 - Identificação da entidade	3
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	3
3 - Principais políticas contabilísticas	4
<i>ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (§ 7)</i>	4
<i>ACTIVOS INTANGÍVEIS (§ 8)</i>	4
<i>CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (§ 10)</i>	5
<i>INVENTÁRIOS (§ 11)</i>	5
<i>RÉDITO (§ 12)</i>	5
<i>CONTABILIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS (§ 14)</i>	6
<i>EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (§ 15)</i>	6
<i>INSTRUMENTOS FINANCEIROS (§ 17)</i>	6
Clientes e outras dívidas de terceiros.....	6
Fornecedores e outras dívidas a terceiros.....	7
Empréstimos	7
Transações e saldos em moeda estrangeira	7
Periodizações	7
Caixa e Depósitos bancários	7
<i>BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (§ 18)</i>	7
4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	7
5 - Ativos fixos tangíveis	8
6 - Ativos intangíveis	9
7 - Custos de empréstimos obtidos	10
8 - Inventários	11
9 - Rédito.....	11
10 - Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
11 – Instrumentos financeiros	14
11.1 – Investimentos financeiros	14
11.2 - Clientes e Utentes	14
11.3 - Outras contas a receber	15
11.4 - Diferimentos	15
11.5 – Outros ativos financeiros	16
11.6 - Caixa e Depósitos bancários	16
11.7 - Fornecedores.....	16
11.8 - Estado e Outros Entes Públicos.....	16



11.9 - Outras Contas a Pagar.....	17
12 - Benefícios dos empregados.....	17
13 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	18
14 – Outras informações	18
14.1 - Fornecimentos e serviços externos.....	18
14.2 - Aumentos/reduções de justo valor.....	19
14.3 - Outros rendimentos e ganhos.....	19
14.4 - Outros gastos e perdas	19
14.5 - Resultados Financeiros.....	19
14.6 - Acontecimentos após data de Balanço	20



Introdução

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de contabilidade e relato financeiro.

O presente documento não constitui um formulário relativo às notas do anexo, mas tão só uma compilação das divulgações exigidas pelas normas referidas, caso aplicáveis à entidade.

1 - Identificação da entidade

1.1 - Designação da entidade: Centro Social Paroquial da Vera Cruz

1.2 - Sede: Rua Prior Manuel António Fernandes, n.º 21, 3800-129 Aveiro

1.3 - Natureza da atividade: O Centro Social Paroquial da Vera Cruz (CSPVC), fundado em 1971, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) / Organização Não Governamental (ONG), com o estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, Sem Fins Lucrativos, constituída por iniciativa da Fábrica da Igreja da Vera Cruz devidamente autorizada pelo Bispo da Diocese, e encontra-se registado na Direção Geral da Segurança Social, no Livro das Fundações sobre o n.º. 17/84. O CSPVC desenvolve intervenções ao nível da Educação – Creche, Pré-Escolar, CATL, de apoio à Criança e sua Família e à Comunidade, de Ação Social e Comunitária, esta última junto de públicos diversificados, tais como Crianças e Jovens (Famílias) em Risco, Desempregados, Minorias Étnicas – Imigrantes, Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Seus Filhos Menores e Apoio aos Jovens e suas Famílias ao nível da prevenção do consumo de estupefacientes.

1.4 – Entidade-mãe: Não aplicável

1.5 - Unidade: Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor não Lucrativo (SNC-ESNL), sendo supletivamente aplicado o SNC aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 e demais legislação complementar, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2014 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2013.



3 - Principais políticas contabilísticas

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (§ 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis obtidos a título gratuito estão mensurados pelo justo valor, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Os ativos com valor inferior a 100€, considerados de valor reduzido, são depreciados de uma só vez.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	5

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

ACTIVOS INTANGÍVEIS (§ 8)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.



As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual. Os ativos com valor inferior a 100€, considerados de valor reduzido, são depreciados de uma só vez.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3
Outros Ativos Intangíveis	3 a 25

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (§ 10)

Os juros de empréstimos obtidos diretamente ou atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são registados como gastos do período.

INVENTÁRIOS (§ 11)

Os inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*).

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

RÉDITO (§ 12)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.



O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos se for o caso, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito de juros pode ser reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

CONTABILIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS (§ 14)

Os subsídios governamentais e as doações, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos resultados na parte proporcional aos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis e as doações para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no Fundo Social e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (§ 15)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (§ 17)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Cientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes, utentes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.



No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes, utentes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente ou utente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Entidade) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (§ 18)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, alimentação em espécie ou subsídio de alimentação, ausências permitidas a curto prazo. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



5 - Ativos fixos tangíveis

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas;
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos;
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e 2014, mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2013

	Saldo em 01-Jan-2013	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2013
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1.214.518,25	-	-	-	-	1.214.518,25
Edifícios e outras construções	2.450.030,53	1.383,26	-	-	-	2.451.413,79
Equipamento básico	519.640,33	6.380,01	-	-	-	526.020,34
Equipamento de transporte	147.925,77	99.630,00	-	-	-	247.555,77
Equipamento administrativo	213.127,48	80,93	-	-	-	213.208,41
Outros Ativos fixos tangíveis	38.036,07	58,96	-	-	-	38.095,03
Investimentos em curso	-	54.171,60	-	-	-	54.171,60
Total	4.583.278,43	161.704,76	-	-	-	4.744.983,19
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	549.815,05	51.532,37	-	-	-	601.347,42
Equipamento básico	479.029,74	18.545,08	-	-	-	497.574,82
Equipamento de transporte	143.891,47	11.980,15	-	-	-	155.871,62
Equipamento administrativo	191.644,43	8.840,90	-	-	-	200.485,33
Outros Ativos fixos tangíveis	37.269,64	373,89	-	-	-	37.643,53
Total	1.401.650,33	91.272,39	-	-	-	1.492.922,72
Total Líquido	3.181.628,10					3.252.060,47



31 de Dezembro de 2014

	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1.214.518,25	-	-	-	-	1.214.518,25
Edifícios e outras construções	2.451.413,79	-	-	-	-	2.451.413,79
Equipamento básico	526.020,34	30.878,33	-	-	-	556.898,67
Equipamento de transporte	247.555,77	-	(68.132,97)	-	-	179.422,80
Equipamento administrativo	213.208,41	5.095,41	-	-	-	218.303,82
Outros Ativos fixos tangíveis	38.095,03	-	-	-	-	38.095,03
Investimentos em curso	54.171,60	12.930,00	-	-	-	67.101,60
Total	4.744.983,19	48.903,74	(68.132,97)	-	-	4.725.753,96
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	601.347,42	51.532,35	-	-	-	652.879,77
Equipamento básico	497.574,82	20.731,33	-	-	-	518.306,15
Equipamento de transporte	155.871,62	11.980,13	(68.132,97)	-	-	99.718,78
Equipamento administrativo	200.485,33	6.949,28	-	-	-	207.434,61
Outros Ativos fixos tangíveis	37.643,53	292,35	-	-	-	37.935,88
Total	1.492.922,72	91.485,44	(68.132,97)	-	-	1.516.275,19
Total Líquido	3.252.060,47					3.209.478,77

Em 2013 e 2014 não se verificaram perdas por imparidade relativamente aos Ativos fixos tangíveis.

6 - Ativos intangíveis

- Os ativos fixos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas;
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos;
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e 2014, mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:



31 de Dezembro de 2013

	Saldo em 01-Jan-2013	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2013
Custo						
Programas de Computador	89.707,84	96,75	-	-	-	89.804,59
Outros Ativos Intangíveis	192.620,00	-	-	-	-	192.620,00
Total	282.327,84	96,75	-	-	-	282.424,59
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	37.333,65	26.833,26	-	-	-	64.166,91
Outros Ativos Intangíveis	16.944,80	16.944,80	-	-	-	33.889,60
Total	54.278,45	43.778,06	-	-	-	98.056,51
Total Líquido	228.049,39					184.368,08

31 de Dezembro de 2014

	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
Custo						
Programas de Computador	89.804,59	-	-	-	-	89.804,59
Outros Ativos Intangíveis	192.620,00	-	-	-	-	192.620,00
Total	282.424,59	-	-	-	-	282.424,59
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	64.166,91	25.605,43	-	-	-	89.772,34
Outros Ativos Intangíveis	33.889,60	16.944,80	-	-	-	50.834,40
Total	98.056,51	42.550,23	-	-	-	140.606,74
Total Líquido	184.368,08					141.817,85

Em 2013 e 2014 não se verificaram perdas por imparidade relativamente aos Ativos fixos intangíveis.

7 - Custos de empréstimos obtidos

A Entidade contratou contas correntes caucionadas que utiliza esporadicamente mas para financiamento dos vários investimentos. Contratou ainda os seguintes empréstimos de médio e longo prazo, ainda em curso:

- Em 2009 contratou com o Banco Espírito Santo um empréstimo de médio e longo prazo no valor de 200.000 €;
- Em 2013 contratou com o Montepio Geral um empréstimo de médio e longo prazo no valor de 145.000 €;
- Em 2013 contratou com o Banco Popular um empréstimo de médio e longo prazo no valor de 60.000 €.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os capitais em dívida relativos a estes empréstimos eram os seguintes:



Descrição	2014			2013		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	32.046,45	258.440,91	290.487,36	34.570,33	286.586,94	321.157,27
Total	32.046,45	258.440,91	290.487,36	34.570,33	286.586,94	321.157,27

Os referidos empréstimos bancários movimentaram-se da seguinte forma em 2014 e 2013:

Empréstimos Bancários

Descrição	2014	2013
Valor no início do ano	321.157,27	139.157,99
Reforço de empréstimos	50.000,00	215.000,00
Amortização de empréstimos	(80.669,91)	(33.000,72)
Valor no final do ano	290.487,36	321.157,27

8 - Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO (*first in, first out*) como fórmula de custeio.

A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, detalham-se conforme o quadro que se segue:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2013	Compras	Inventário em 31-Dez-2013	CMVMC	Compras	Inventário em 31-Dez-2014	CMVMC
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.225,91	20.243,02	6.639,55	18.829,38	19.544,22	5.738,19	20.445,58
Total de Inventários	5.225,91		6.639,55			5.738,19	

9 - Rédito

Para os períodos de 2014 e 2013 foi reconhecido o seguinte Rédito:

Descrição	2014	2013
Prestação de Serviços	623.661,53	642.802,05
Quotas dos utilizadores	611.067,89	634.511,98
Serviços secundários	12.593,64	8.290,07
Total	623.661,53	642.802,05



10 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subseqüentemente imputados numa base sistemática, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

A 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Entidade tinha os seguintes saldos nos “Fundos Patrimoniais”:

Subsídios relacionados com ativos

Descrição	2014	2013
Subsídios do Governo	1.134.175,07	1.164.752,53
PIDDAC - Subsídio anterior a 2003	579.573,22	597.655,00
Comparticipação Pública Nacional p/ Casa Abrigo	98.606,03	100.694,15
PARES p/ Creche Vera e Cruz	351.291,52	363.697,97
Subsídios Eventuais	5.011,43	5.127,97
MASES	60.238,80	61.577,44
Segurança Social - Subsídio para autocarro	32.000,00	36.000,00
SEAPI p/ Habitabilidade de Casa Abrigo	7.454,07	
Total	1.134.175,07	1.164.752,53

Relativamente aos Subsídios de outras entidades e doações para os mesmos fins, a 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Entidade apresentava os seguintes saldos:



Subsídios e doações relacionados com ativos

Descrição	2014	2013
Subsídios de outras entidades	229.854,38	235.035,32
FEDER p/ Casa Abrigo	147.909,01	151.041,19
Município de Aveiro	80.635,13	82.651,13
Governo Civil de Aveiro	1.310,24	1.343,00
Doações	722.693,00	739.293,15
Doações p/ Creche Vera e Cruz	127.021,10	131.507,06
Doações p/ MASES	45.000,00	46.000,00
Doações da Microsoft - Programas de computador	-	25.573,18
Doações p/ autocarro	6.442,13	7.247,40
Doações do Barclays - Mobiliário administrativo	2.598,01	3.464,01
Doações da C.M. Aveiro - Terreno	309.200,03	309.200,03
Edifício do Jardim - Direito de superfície	130.785,60	136.730,40
Edifício 15 - Cedência gratuita de escritórios	11.000,00	22.000,00
Missão Sorriso 2013	68.311,20	54.171,60
Equipamento Philips 2013	2.719,57	3.399,47
Doações de vestiários e mobiliário administrativo 2014	2.187,23	-
Missão Sorriso 2014	17.428,13	-
Total	952.547,38	974.328,47

Os subsídios concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado exercício foram imputados como rendimentos desse exercício, salvo se se destinarem a financiar *deficits* de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputaram aos referidos exercícios.

A 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Entidade tinha os seguintes saldos nos "Subsídios do Governo":

Subsídios relacionados com rendimentos

Descrição	2014	2013
Subsídios do Governo	1.145.265,32	1.127.050,14
Segurança Social	980.306,79	978.199,48
Autarquias	9.671,24	14.461,88
IEFP	76.127,23	67.818,15
ACM / FEINPT	29.113,96	48.248,08
FEAC / PCAAC	1.208,49	739,49
POPH	6.452,92	12.313,68
SICAD / PRI	28.811,39	-
PCM - Autonomização	12.273,75	5.269,38
SEAPI - Habitabilidade da Casa Abrigo	1.299,55	-
Total	1.145.265,32	1.127.050,14



Relativamente aos Subsídios de outras entidades e doações para os mesmos fins, a 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Entidade apresentava os seguintes saldos:

Subsídios e doações relacionados com rendimentos

Descrição	2014	2013
Subsídios de outras entidades	16.308,69	38.610,15
Fundo Social Europeu	16.308,69	38.610,15
Doações	53.339,19	63.166,89
Total	69.647,88	101.777,04

11 – Instrumentos financeiros

11.1 – Investimentos financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2014	2013
Outros investimentos financeiros	1.168,79	-
Detidos até à maturidade	1.168,79	-
. FCT - Fundo de Compensação do Trabalho	366,01	-
. FRSS - Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	802,78	-
Total	1.168,79	-

11.2 - Clientes e Utentes

Para os períodos de 2014 e 2013 a rubrica “Clientes” e “Utentes” encontram-se desagregadas da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Clientes e Utentes c/c	18.176,35	10.463,32
Clientes	5.734,44	5.262,96
Utentes	12.441,91	5.200,36
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	59.925,19	59.396,35
Clientes	10.093,05	10.093,05
Utentes	49.832,14	49.303,30
Perdas por imparidades acumuladas	(59.925,19)	(59.396,35)
Clientes	(10.093,05)	(10.093,05)
Utentes	(49.832,14)	(49.303,30)
Total	18.176,35	10.463,32



Descrição	2014	2013
Adiantamentos de Clientes e Utentes	(1.430,78)	(371,93)
Clientes	-	-
Utentes	(1.430,78)	(371,93)
Total	(1.430,78)	(371,93)

Nos períodos de 2014 e 2013 foram registadas as seguintes “Perdas/reversões por imparidade do período”:

Descrição	2014	2013
Perdas/reversões por Imparidade do período		
Clientes	-	3.247,55
Utentes	(528,84)	(1.085,26)
Total	(528,84)	2.162,29

11.3 - Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2013
Adiantamentos ao pessoal	100,00	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	34.750,67	53.591,25
Outros Devedores	19.654,97	19.432,79
Total	54.505,64	73.024,04

11.4 - Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Gastos a reconhecer		
Seguros	4.229,26	4.526,49
Outros	3.400,00	2.950,53
Total	7.629,26	7.477,02
Rendimentos a reconhecer		
IEFP	1.446,62	11.301,65
PRI - Programa de Respostas Integradas	12.021,95	-
PCM - Apoio financeiro à autonomização vtímias violência doméstica	9.286,95	8.145,66
IEFP - Prémio de integração - 060/PVE-PI/2012	2.884,00	4.141,66
SEAPI - Despacho 09/12/2013 - Melhoria da habitabilidade na Casa Abrigo	309,39	10.000,00
Total	25.948,91	33.588,97



11.5 – Outros ativos financeiros

A rubrica “Outros ativos financeiros” incluía os seguintes ativos valorizados a 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Descrição	2014	2013
Fundo de Participação na CEMG	134,25	144,45
Total	134,25	144,45

11.6 - Caixa e Depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2014 e 2013, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Caixa	3.030,64	1.756,05
Depósitos à ordem	84.363,12	68.004,35
Depósitos a prazo	40.000,00	95.500,00
Total	127.393,76	165.260,40

11.7 - Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c	76.828,07	63.992,83
Total	76.828,07	63.992,83
Adiantamento a fornecedores	(270,00)	(270,00)
Total	76.558,07	63.722,83

11.8 - Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:



Descrição	2014	2013
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.389,72	1.062,61
Total	1.389,72	1.062,61
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	966,78	376,63
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas	9.267,44	12.076,05
Segurança Social	25.305,46	26.572,76
Outros Impostos e Taxas	4,29	0,26
Total	35.543,97	39.025,70

11.9 - Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	23,74	-	21,31
Outras operações	-	23,74	-	21,31
Fornecedores de Investimentos	-	6.714,73	-	2.135,86
Credores por acréscimos de gastos	-	200.566,90	-	207.210,56
Seguros a liquidar	-	70,90	-	-
Remunerações a liquidar	-	183.744,29	-	188.002,41
Juros a liquidar	-	622,92	-	740,42
Outros acréscimos de gastos	-	16.128,79	-	18.467,73
Outros credores	-	21.040,71	-	4.968,27
Total	-	228.346,08	-	214.336,00

12 - Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais em 2014 e 2013 foram 10, sendo 7 membros da Direção e 3 do Conselho Fiscal

Os órgãos diretivos/sociais da Entidade são voluntários e não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de "88" e em 31/12/2013 foi de "89".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:



Descrição	2014	2013
Remunerações ao Pessoal	1.130.425,50	1.123.290,21
Encargos sobre as Remunerações	240.165,40	231.544,52
Seguros de Acidentes no Trabalho e	8.945,79	8.143,64
Alimentação em Espécie e Subsídio	46.376,93	51.738,00
Outros Gastos com o Pessoal	78.321,22	7.145,99
Total	1.504.234,84	1.421.862,36

13 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2014 e 2013, foram de 3.690,00€ e 3.690,00€ (IVA incluído) respetivamente.

14 – Outras informações

14.1 - Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Subcontratos	139.613,76	147.033,58
Serviços especializados	101.922,92	125.894,25
Materiais	26.978,53	46.286,98
Energia e fluidos	69.314,54	74.717,55
Deslocações, estadas e transportes	21.789,72	27.122,67
Serviços diversos (*)	35.803,57	36.396,23
Limpeza, higiene e conforto	17.030,52	16.799,51
Comunicação	7.391,28	7.401,66
Seguros	6.906,55	7.228,76
Outros	4.475,22	4.966,30
Total	395.423,04	457.451,26

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

14.2 - Aumentos/reduções de justo valor

O justo valor dos Outros ativos financeiros evoluiu em 2014 e 2013 se acordo com o mapa seguinte.

Descrição	2013			2014			
	Justo valor em 01/01/2013	Aquisições	Aumentos/reduções de justo valor	Justo valor em 31/12/2013	Aquisições	Aumentos/reduções de justo valor	Justo valor em 31/12/2014
Fundo de Participação na CEMG	-	150,00	(5,55)	144,45	-	(10,20)	134,25
Total	-	150,00	(5,55)	144,45	-	(10,20)	134,25

14.3 - Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Rendimentos Suplementares	4.818,58	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	129,67	50,02
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	6.000,00	-
Outros rendimentos e ganhos	177.414,65	175.474,22
Total	188.362,90	175.524,24

14.4 - Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Impostos	202,00	180,00
Perdas em inventários	157,61	-
Outros Gastos e Perdas	26.337,90	39.278,86
Total	26.697,51	39.458,86

14.5 - Resultados Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:



Descrição	2014	2013
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	12.982,83	11.518,24
Outros gastos e perdas de financiamento	250,50	317,84
Total	13.233,33	11.836,08
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	850,10	1.955,93
Total	850,10	1.955,93
Resultados financeiros	(12.383,23)	(9.880,15)

14.6 - Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pela Direção em 23 de março de 2014.

Aveiro, 23 de março de 2015

O Técnico Oficial de Contas

Rui Miguel Marques Vaz

TOC 38610

A Direção

Padre Manuel Joaquim Estêvão da Rocha (Presidente)

Mário Silva Tavares Mendes (Vice-Presidente)

Rosa Sindazunda Roque Maia (Secretária)

Manuel Joaquim Alves Marçalo (Tesoureiro)

Mafalda Elizabeth Lopes Carlos (Vogal)

Gustavo Filipe Amaro (Vogal)

José Alves Rodrigues (Vogal)